

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: O PROERD COMO UMA TENTATIVA DE DIMINUIÇÃO DO PROBLEMA

BATISTA, N.¹

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) e pós-graduado em Criminalidade e Segurança Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

INTRODUÇÃO

A crescente violência urbana e o poder das drogas que assolam algumas sociedades ocidentais contemporâneas colocam a questão do uso indevido de substâncias ilícitas no centro das discussões sobre os maiores problemas do nosso cotidiano. O consumo de drogas é um problema de ordem social seja pela frequência de seu uso ou pelos danos causados à saúde dos indivíduos (ROEHRIS; LENARDT; MAFTUM, 2008). Numa relação cruel para a juventude as drogas podem se tornar o caminho mais curto para a criminalidade e para a violência já que, no Brasil, a adolescência é marcada por uma violência estrutural (FREITAS, 2002), que a faz mais suscetível à criminalidade.

As escolas se tornaram vulneráveis a todos estes distúrbios sociais por possuírem ainda fatores específicos de predisposição dos adolescentes às práticas violentas e ao uso de drogas, como a desmotivação dos jovens, o insucesso escolar, a falta de compromisso deles e a perda de noção de sentido da educação. Além de anseio por independência, falta de perspectiva no futuro e na realização pessoal (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Se antes o problema era visto pelo lado da violência impetrada pelos professores sobre os alunos como punições e castigos corporais, atualmente antropólogos e sociólogos dão maior ênfase ao viés mais contemporâneo do problema, ou seja, a violência praticada pelos alunos contra eles próprios e contra as escolas (ABRAMOWAY; RUA, 2002).

Basicamente há duas posições que são adotadas pelas pessoas ante a violência: uma se baseia na repressão e a outra na prevenção. Esta última envolve a comunidade para compartilhar a responsabilidade de erradicar ou diminuir o problema da violência.

Seguindo esta tendência as polícias tem lidado com o problema não somente na condição de um órgão repressor, mas sim analisando a questão de forma mais ampla e sob a ótica da prevenção como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) desenvolvido também pela Polícia Militar de Minas Gerais.

DESENVOLVIMENTO

O programa tem como base o *Drug Abuse Resistance Education (Dare)*, que foi criado pela Professora Ruth Rich em conjunto com o Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles, Estados Unidos da América, em 1983. Até 2009 o *Dare* já se encontrava presente nos 50 americanos e 58 países no mundo. Desde 1992 ele também está no Brasil através do Proerd e em Minas Gerais é executado desde 1998.

O Proerd é desenvolvido nas escolas com alunos do Ensino Fundamental e Médio e é ministrado por policiais militares, obrigatoriamente fardados, treinados e preparados para isso. O programa é desenvolvido em ações permanentes na prevenção primária em formato de palestras e outras atividades, com periodicidade anual (dois semestres letivos), desenvolvidos através de 05 (cinco) currículos: Infantil, para Crianças, para Adolescentes, para o Ensino Médio e para os Pais. Após quatro meses de curso os alunos recebem o certificado Proerd e prestam o compromisso de manterem-se afastados das drogas.

Este artigo é parte dos resultados obtidos em pesquisa que fiz em 2009 sobre a aplicação do Proerd em escolas de uma região de Belo Horizonte/MG. A área focada pelo trabalho compreende 11 (onze) bairros da capital mineira, onde o programa foi implementado a partir do segundo semestre de 2004. Na época das entrevistas a região contava com dois policiais militares como instrutores voluntários, ambos praças, um Cabo e um Sargento que atendiam, em 2009, 12 (doze) escolas estaduais, 03 (três) escolas municipais e 09 (nove) escolas particulares. Foram feitas entrevistas com aplicadores do Proerd, com os educadores e responsáveis pelas escolas onde o programa é aplicado e com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental (antiga 4ª Série).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas visitas às escolas pôde-se perceber que os instrutores do Proerd têm autonomia de usar estratégias pedagógicas para mobilizar a turma para o aprendizado, embora tenha a cartilha do programa como parâmetro a ser seguido. Segundo a visão dos aplicadores do Proerd nesta região há grandes diferenças entre a aplicação do programa para as diferentes faixas etárias às quais ele se destina. Para eles aplicar o programa às crianças do 5º ano, por exemplo, é uma tarefa facilitada pela fase de desenvolvimento que elas estão passando pois, ainda buscam, normalmente, referenciais para as suas vidas. Assim, além dos pais e dos professores, neste caso, o policial passa a ser também uma das pessoas com quem muitas destas crianças se identificam, criando vínculos.

Na faixa etária do Ensino Médio, ainda na visão dos aplicadores, os alunos já não têm tanta afinidade com os instrutores e familiarizam-se com menor intensidade. Isso pode se

dever ao fato de muitos destes alunos já terem uma bagagem de vida maior, sobretudo, ligada à vivência com a criminalidade, o que faz com que eles vejam as informações do Proerd com mais receio e com menos possibilidade de, efetivamente, mudarem suas vidas.

A presença de um policial dentro da escola permite, segundo análise da própria Polícia Militar, reduzir os índices de criminalidade e fazer com que ele se torne uma referência como agente do Estado para a comunidade escolar. Mas, não há como mensurar até onde este envolvimento se concretiza efetivamente no dia a dia escolar, tendo em vista que a presença de um observador externo ao cotidiano da escola pode ter alterado a espontaneidade das atitudes dos alunos em relação ao policial aplicador do Proerd.

Mas, por outro lado nota-se também certa omissão de pais e educadores em alguns aspectos da vida escolar dos alunos, sobretudo, quanto à disciplina que é deixada somente a cargo do policial aplicador do Proerd.

Não há estudos acadêmicos que mensurem quantitativamente a eficiência do Proerd até porque seria uma tarefa complexa monitorar os ex-alunos do projeto e o envolvimento, ou não, deles com a criminalidade e com o uso de drogas ilícitas. Na companhia da Polícia Militar em que foi feita a pesquisa os dois aplicadores mantêm, por conta própria, um cadastro com os nomes dos ex-alunos do programa na região e o comparam constantemente com o sistema informatizado estadual de registros de ocorrências policiais para levantarem o envolvimento destes alunos com a criminalidade. Portanto, o banco de dados e as formas de mensurar a eficiência do Proerd não funcionavam como uma política institucional da Polícia Militar, mas sim como iniciativas isoladas.

Esta tentativa é válida, mas isso mostrou-se insuficiente já que nem toda transgressão penal é registrada pelas polícias e mesmo que fosse a pesquisa dos aplicadores compara apenas dados do estado de Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretende-se fazer propaganda da Polícia Militar, do Estado e tampouco colocar o Proerd como a solução da violência nas escolas. Mas, feitas as ressalvas acima, podemos perceber que o programa tem-se mostrado tecnicamente viável quando expõe para a população uma Polícia Militar humanizada, que não é somente repressiva e pode ser comunitária e educativa. Tendo em vista que muitos jovens vêm nas drogas a saída para os seus problemas e a entrada para a transgressão (HERMETO, 2009), o programa contribui para o processo educacional de crianças e jovens ajudando-os a se formarem como cidadãos conscientes e mais capacitados a se distanciarem da violência e da criminalidade.

O fortalecimento da interação entre a Polícia Militar e a comunidade pode ser tornar fator propiciador de um clima de parceria e confiança, gerando informações para o combate ao crime e para o cumprimento do papel social da instituição militar através de uma polícia comunitária orientada à prevenção da criminalidade.

Desta forma a polícia tenta se colocar como um agente social interagido com o meio e estende seu âmbito de atuação tentando quebrar paradigmas de truculência, ineficiência e despreparo de seu corpo funcional. Busca auxiliar a educação ao tentar garantir a prevenção de alguns distúrbios sociais aos quais muitas das escolas estão susceptíveis, sobretudo a violência e a criminalidade, que são dois grandes empecilhos para o processo de ensino/aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY M.; RUA, M. das G. *Violências nas escolas*: versão resumida. Brasília: Unesco Brasil, 2002. 88 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000093.pdf>>. Acesso em 28 out. 2009.

FREITAS, L. A. P. *Adolescência, família e drogas*: a função paterna e a questão dos limites. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

HERMETO, Edyr Marcelo Costa. Adolescentes e o uso de drogas ilícitas. *Artigonal*: diretório de artigos gratuitos, 10 ago. 2009. Disponível em: <<http://artigonal.com/adolescentes-artigos/adolescentes-e-o-uso-de-drogas-ilicitas-1114913.html>>. Acesso em: 18 out. 2009.

ROEHRS, H.; LENARDT, M. H., MAFTUM, M. A. Práticas culturais familiares e o uso de drogas psicoativas pelos adolescentes: reflexão teórica. *Revista Enfermagem*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 353-357, jun. 2008. Disponível em: <http://www.eean.ufrj.br/revista_enf/20082/26ARTIGO22.pdf>. Acesso em: 13 out. 2009.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. de S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n3/a27v10n3.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2009.